

Sumário

Parte I JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS

Capítulo I ▶ NOÇÕES GERAIS	23
1. Origem e fundamento	23
2. Natureza da Lei 9.099/95.....	26
3. Princípios informativos dos Juizados.....	27
3.1. Oralidade	28
3.2. Simplicidade	30
3.3. Informalidade	30
3.4. Economia processual.....	32
3.5. Celeridade	32
Capítulo II ▶ COMPETÊNCIA.....	35
1. Introdução.....	35
2. Competência em razão do valor da causa	39
3. Competência em razão da matéria.....	42
3.1. Causas elencadas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973...	42
3.2. Ação de despejo para uso pessoal	43
3.3. Ações possessórias sobre bens imóveis cujo valor não exceda a 40 (quarenta) salários mínimos	45
4. Competência para a execução de título judicial e extrajudicial.....	47
5. Incompetência absoluta.....	50
6. Competência territorial.....	51
7. Conflito de competência e controle da competência do Juizado Especial	54
8. Complexidade da causa.....	55
9. Opção pelo procedimento sumaríssimo.....	57
10. Enunciados do FONAJE.....	58
Capítulo III ▶ PARTES	61
1. Notas Introdutórias	62
2. Legitimidade ativa.....	63

3. Excluídos do procedimento	66
4. Legitimidade passiva	71
5. Capacidade postulatória.....	71
6. Litisconsórcio e intervenção de terceiros	76
7. Intervenção do Ministério Público.....	79
8. Enunciados do FONAJE.....	80
Capítulo IV ▶ ATOS PROCESSUAIS.....	83
1. Publicidade.....	84
2. Validade e finalidade dos atos processuais	85
3. Citações e intimações	86
3.1. Citações	86
3.1.1. Mandado ou correspondência citatório	89
3.1.2. Citação por edital.....	89
3.1.3. Comparecimento espontâneo do réu.....	90
3.2. Intimações	91
4. Prazos processuais	93
5. Enunciados do FONAJE.....	97
Capítulo V ▶ PROCEDIMENTO	99
1. Introdução.....	100
2. Petição inicial	101
2.1. Pedido genérico	103
2.2. Cumulação de pedidos e pedido alternativo.....	104
2.3. Audiência inaugural de conciliação.....	105
3. Resposta do réu e revelia	111
3.1. Pedido contraposto e reconvenção.....	114
3.2. Ação declaratória incidental	115
3.3. Réplica	116
3.4. Revelia e seus efeitos	117
4. Audiência de instrução e julgamento.....	118
5. Provas.....	121
5.1. Requerimento de produção de prova oral	123
5.2. Poderes instrutórios do juiz.....	125
5.3. Prova testemunhal	125
5.4. Prova técnica	127
5.5. Inspeção judicial.....	129
6. Sentença.....	129
6.1. Sentença ilíquida	132
6.2. Sentença ineficaz.....	134

6.3. Sentença proferida por juiz leigo	135
7. Recursos e meios de impugnação	136
7.1. Meios de impugnação cabíveis nos Juizados Especiais.....	136
7.2. Recurso adesivo	137
7.3. Capacidade postulatória	138
7.4. Duplo grau de jurisdição.....	138
7.5. Prazo e forma de interposição dos recursos.....	139
7.6. Preparo e deserção	141
7.7. Juízo de admissibilidade e efeitos dos recursos.....	142
7.8. Julgamento do recurso	144
7.9. Embargos de declaração.....	145
7.10. Recurso inominado.....	148
7.11. Agravo.....	149
7.12. Recurso especial e extraordinário.....	152
7.13. Reclamação.....	153
7.14. Mandado de segurança e <i>habeas corpus</i>	155
8. Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)	156
8.1. Conceito, natureza jurídica e requisitos para instauração	156
8.2. Competência	157
8.3. Contraditório e participação de <i>amicus curiae</i>	158
8.4. Procedimento	158
9. Enunciados do FONAJE	161
Capítulo VI ▶ EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO	163
1. Noções gerais.....	163
2. Contumácia do autor e ausência das partes na audiência de conciliação, instrução e julgamento	165
3. Incompatibilidade procedimental	167
4. Incompetência territorial.....	167
5. Impedimentos supervenientes	169
6. Falecimento das partes	169
7. Enunciados do FONAJE	170
Capítulo VII ▶ EXECUÇÃO	171
1. Cumprimento de sentença.....	171
1.1. Liquidez da sentença e conversão de índices.....	176
1.2. Execução de obrigação de entregar, de fazer ou não fazer.....	176
1.3. Expropriação de bens	176
1.4. Defesa do executado.....	177
2. Execução de títulos extrajudiciais.....	178
2.1. Rol de títulos executivos	178

2.2. Audiência de conciliação, instrução e julgamento	179
2.3. Efeitos da rejeição dos embargos ou da inexistência de sua oposição	180
2.4. Inexistência de bens penhoráveis	180
2.5. Arresto de bens do devedor não localizado	181
3. Enunciados do FONAJE	182
Capítulo VIII ▶ DESPESAS PROCESSUAIS	185
1. Acesso à justiça e gratuidade.....	185
2. Litigância de má-fé, ato atentatório ao exercício da jurisdição e sucumbência.....	186
3. Despesas e honorários no processo de execução	187
4. Enunciados do FONAJE	189
Capítulo IX ▶ DISPOSIÇÕES FINAIS	191
1. Curadorias e assistência judiciária.....	191
2. Validade do acordo extrajudicial	191
3. Extensão das hipóteses de conciliação.....	191
4. Ação rescisória e ação anulatória	192
5. Enunciados do FONAJE	194

Parte II

JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CRIMINAIS

Capítulo I ▶ NOÇÕES PRELIMINARES	197
1. Enunciados do FONAJE	202
Capítulo II ▶ ATOS PROCESSUAIS.....	203
1. Princípio da publicidade	203
2. Nulidades processuais	204
3. Comunicação dos atos processuais.....	205
4. Citações	205
4.1. Citação por mandado.....	206
4.2. Citação por carta precatória ou rogatória	207
4.3. Citação por edital.....	208
4.4. Citação por hora certa	211
4.5. Citação por e-mail	212
5. prazos processuais	213
6. Intimações	214
7. Enunciados do FONAJE	215
Capítulo III ▶ COMPETÊNCIA.....	217
1. Critérios determinantes e natureza jurídica	218
2. Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	220

2.1. Excesso de acusação	224
2.2. Estatuto da Pessoa Idosa	225
2.3. Crimes eleitorais	225
2.4. Crime de uso de drogas para consumo pessoal.....	225
2.5. Violência doméstica e familiar contra a mulher.....	227
3. Competência em razão do lugar (<i>ratione loci</i>).....	227
4. Competência por prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>).....	228
5. Conexão e continência	229
6. Ação penal privada.....	232
7. Enunciados do FONAJE	232
Capítulo IV ► FASE PRELIMINAR.....	235
1. Termo Circunstanciado de Ocorrência ou Termo Circunstanciado (TCO ou TC).....	236
2. Prisão em flagrante.....	239
3. Audiência preliminar.....	241
4. Composição civil dos danos	243
5. Representação	246
6. Transação penal.....	249
6.1. Princípio da obrigatoriedade da ação penal	249
6.2. Conceito.....	249
6.3. Requisitos para a concessão.....	251
6.4. Ação penal privada e transação.....	254
6.5. Proposta de transação penal.....	255
6.6. Aceitação da proposta	257
6.7. Homologação	258
6.7.1. Recusa de homologação	258
6.7.2. Recurso contra a homologação.....	259
6.7.3. Efeitos da sentença homologatória	259
6.8. Transação nos crimes ambientais	260
6.9. Espécies de penas aplicáveis em sede de transação.....	260
6.10. Descumprimento injustificado da transação	261
6.11. Arquivamento	265
7. Enunciados do FONAJE	265
Capítulo V ► PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	269
1. Oferecimento da ação penal	270
1.1. Forma.....	271
1.2. Rol de Testemunhas.....	271
1.3. Complexidade da causa	272
2. Audiência de instrução e julgamento.....	272

2.1.	Conciliação e proposta do representante do Ministério Público	273
2.2.	Resposta à acusação (defesa preliminar)	273
2.3.	Recebimento ou rejeição da denúncia	274
2.4.	Limitação das provas excessivas, impertinentes ou protelatórias.....	276
2.5.	Provas.....	276
2.5.1.	Testemunhas	281
2.5.2.	Interrogatório	282
2.6.	Encerramento da instrução.....	282
3.	Recursos e meios de impugnação	283
3.1.	Juízo de admissibilidade recursal.....	283
3.2.	Turma Recursal	283
3.3.	Efeitos	284
3.4.	Apelação	284
3.4.1.	Cabimento.....	284
3.4.2.	Prazo e procedimento.....	286
3.5.	Embargos de declaração.....	288
3.5.1.	Cabimento.....	288
3.5.2.	Procedimento	289
3.5.3.	Interrupção do prazo para recursos	290
3.5.4.	Erros materiais	290
3.6.	Recursos especial e extraordinário	290
3.7.	<i>Habeas corpus</i>	293
3.8.	Revisão Criminal	294
4.	Enunciados do FONAJE	295
Capítulo VI ▶ EXECUÇÃO		297
1.	Execução da pena de multa	297
1.1.	Consequências do não pagamento.....	297
1.2.	Órgão competente para execução.....	298
1.3.	Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	298
2.	Execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos.....	298
3.	Enunciados do FONAJE	299
Capítulo VII ▶ DESPESAS PROCESSUAIS		301
1.	Despesas	301
2.	Redução das despesas processuais.....	301
3.	Honorários advocatícios	302
Capítulo VIII ▶ DISPOSIÇÕES FINAIS		303
1.	Representação nos crimes de lesão corporal leve e culposa.....	304
1.1.	Representação na contravenção penal de vias de fato	306

1.2. Crime de trânsito	306
2. Suspensão condicional do processo	308
2.1. Definição e natureza jurídica	308
2.2. Requisitos para a concessão da suspensão condicional do processo.....	314
2.3. Penas estabelecidas para a fixação da competência do Juizado Especial x penas para a formulação de proposta de suspensão condicional do processo	318
2.4. Possibilidade de formulação de proposta de suspensão condicional do processo para quem já teve a pena extinta há mais de 5 (cinco) anos.....	318
2.5. Possibilidade de formulação de proposta de suspensão condicional do processo quando a infração comine pena de multa de forma alternativa à pena privativa de liberdade, ainda que esta tenha limite mínimo superior a 1 (um) ano	318
2.6. Princípio da presunção de não culpabilidade.....	319
2.7. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva	320
2.8. Ação penal privada e suspensão do processo	320
2.9. Aceitação da proposta	322
2.10. Condições para a concessão do benefício	323
2.11. Revogação da suspensão condicional do processo.....	326
2.11.1. Revogação obrigatória	326
2.11.2. Revogação facultativa.....	327
2.11.3. Possibilidade de revogação do benefício mesmo quando expirado o período de prova.....	327
2.12. Extinção da punibilidade e registros criminais.....	329
2.13. Prescrição e suspensão condicional do processo.....	329
2.14. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	329
3. Direito intertemporal e princípios penais.....	330
4. JECRIM e infrações militares.....	331
5. Aplicação da representação aos processos pendentes	331
6. Aplicação subsidiária do CPP e CPC.....	332
7. Enunciados do FONAJE	332
Capítulo IX ► DISPOSIÇÕES FINAIS COMUNS	335
1. Sistema dos Juizados Especiais	335
2. Deslocamento dos Juizados para bairros ou cidades pertencentes à mesma Comarca	335
3. Juizados Itinerantes	335
4. Criação e instalação dos Juizados Especiais	335
5. Vigência da Lei 9.099/95.....	336
6. Revogação legislativa.....	336
7. Enunciados do FONAJE.....	336

Parte III
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Capítulo I ► INTRODUÇÃO.....	339
1. Instituição dos Juizados Especiais Federais	339
2. Aplicação subsidiária da Lei 9.099/95, do CPC e do CPP	339
3. Enunciados FONAJEF	340
Capítulo II ► COMPETÊNCIA.....	343
1. Juizado Especial Criminal.....	344
1.1. Infrações penais de menor potencial ofensivo.....	345
1.2. Conexão e continência	345
2. Juizado Especial Cível.....	346
2.1. Competência absoluta.....	346
2.2. Competência em razão do valor da causa.....	347
2.3. Competência em razão da matéria	350
2.4. Causas excluídas da competência do Juizado Especial Federal	350
2.5. Conflito de competência	353
2.6. Competência territorial e modificação de competência.....	354
2.7. Conexão, prevenção e continência.....	356
2.8. Renúncia tácita	357
2.9. Complexidade da causa	360
2.10. Competência recursal.....	360
2.11. Competência para a execução das sentenças nele proferidas	360
3. Enunciados do FONAJEF	361
Capítulo III ► PARTES	363
1. Legitimidade ativa.....	363
2. Legitimidade passiva	365
3. Representação processual.....	366
4. Capacidade postulatória.....	366
5. Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	368
6. Intervenção do Ministério Público Federal	368
7. Enunciados do FONAJEF	368
Capítulo IV ► TUTELAS DE URGÊNCIA	371
1. Tutelas cautelares e antecipatórias.....	371
2. Recorribilidade.....	371
3. Enunciados FONAJEF	372
Capítulo V ► ATOS PROCESSUAIS.....	375
1. Citações e intimações da União	375

2. Citações e intimações das autarquias e empresas públicas federais	376
3. Prazo de antecedência para a designação de audiência de conciliação	376
4. Intimação da sentença.....	377
5. Intimação dos demais atos processuais	377
6. Prerrogativas da Fazenda Pública, Defensoria Pública e do Ministério Público Federal.....	378
7. Prazos processuais	379
8. Enunciados do FONAJEF	379
Capítulo VI ► PROCEDIMENTO	383
1. Noções preliminares	384
2. Petição inicial	384
3. Resposta do réu.....	384
4. Audiência de conciliação e instrução	385
5. Produção de prova técnica.....	385
6. Sentença e reexame necessário.....	387
7. Recursos	387
7.1. Recurso inominado.....	388
7.2. Agravo de instrumento.....	388
7.3. Embargos de declaração.....	389
7.4. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal	390
7.4.1. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais da mesma região.....	391
7.4.2. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais pertencentes a diferentes regiões ou proferidas em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça...	391
7.4.3. Turma de Uniformização acolhe posicionamento, em tema de direito material, que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.....	392
7.4.4. Possibilidade de solicitação de informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Coordenador da Turma de Uniformização	392
7.4.5. Julgamento do pedido de Uniformização	393
7.5. Recurso extraordinário	393
8. Ação rescisória	393
9. Enunciados do FONAJEF	393
Capítulo VII ► EXECUÇÃO	403
1. Cumprimento de sentença.....	403
1.1. Cumprimento de sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	405
1.2. Sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa.....	406
1.3. Crédito superior ao valor de 60 (sessenta) salários mínimos.....	407

2. Execução de título extrajudicial.....	408
3. Enunciados do FONAJEF	409
Capítulo VIII ▶ DISPOSIÇÕES GERAIS	411
1. Conciliadores.....	411
2. Juizados Especiais Adjuntos	412
3. Instalação dos Juizados Especiais Federais.....	412
4. Juizados Especiais Federais previdenciários.....	412
5. Modificação de competência.....	413
6. Justiça Estadual e os crimes de menor potencial ofensivo de competência dos Juizados Especiais Federais	413
7. Turmas Recursais	414
8. Coordenação dos Juizados Especiais Federais	415
9. Juizado Especial Federal Itinerante	416
10. Limitação da competência	416
11. Informatização dos Juizados Especiais Federais.....	416
12. Demandas em curso	416
13. Vacatio legis DA Lei 10.259/01	416
14. Enunciados FONAJEF	417

Parte IV

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

Capítulo I ▶ NOÇÕES GERAIS	421
1. Origem da Lei 12.153/09	421
2. Motivação da Lei 12.153/09	422
3. Sistema dos Juizados Especiais	423
4. Enunciados FONAJEP	423
Capítulo II ▶ COMPETÊNCIA.....	425
1. Competência em razão do valor da causa	425
1.1. Limitação do valor da causa	428
1.2. Obrigações vincendas.....	428
1.3. Renúncia às parcelas vincendas	429
2. Competência absoluta	430
3. Competência territorial.....	432
4. Causas excluídas	434
5. Enunciados do FONAJEP.....	440
Capítulo III ▶ PARTES	441
1. Legitimidade ativa.....	441
2. Litisconsórcio ativo.....	444

3. Legitimidade passiva	444
4. Capacidade postulatória.....	446
5. Intervenção de terceiros	446
6. Enunciados do FONAJEFP.....	446
Capítulo IV ▶ TUTELAS DE URGÊNCIA	447
1. Enunciados do FONAJEFP.....	449
Capítulo V ▶ ATOS PROCESSUAIS.....	451
1. Citações e intimações das Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.....	451
2. Prerrogativas da Fazenda Pública	452
3. Citação para a audiência de conciliação	454
4. Acordos realizados pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.....	454
5. Momento processual oportuno para a apresentação da documentação por parte da entidade pública ré	456
6. Prazos processuais	456
7. Enunciados do FONAJEFP.....	456
Capítulo VI ▶ PROCEDIMENTO	459
1. Noções gerais.....	459
2. Audiência de conciliação	460
3. Realização de prova pericial.....	462
4. Reexame necessário	464
5. Recursos	465
5.1. Turmas recursais	466
5.2. Recurso inominado.....	467
5.3. Agravo de instrumento.....	467
5.4. Embargos de declaração.....	467
5.5. Uniformização de jurisprudência	468
5.5.1. Cabimento e finalidade	468
5.5.2. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais do mesmo Estado	468
5.5.3. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais pertencentes a diferentes Estados ou proferidas em contrariedade a súmula do Superior <i>Tribunal de Justiça</i>	469
5.6. Reclamação.....	470
5.6.1. Cabimento.....	470
5.6.2. Formulação de pedidos idênticos de uniformização de interpretação de lei recebidos subsequentemente.....	471
5.6.3. Possibilidade de solicitação de informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma de Uniformização	471
5.6.4. <i>Amicus curiae</i>	472

5.7. Recurso extraordinário	472
6. Enunciados do FONAJEP.....	473
Capítulo VII ▶ EXECUÇÃO	475
1. Cumprimento de sentença.....	475
1.1. Obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa	475
1.2. Sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa.....	476
2. Execução de título executivo extrajudicial	478
3. Enunciados do FONAJEP.....	479
Capítulo VIII ▶ DISPOSIÇÕES GERAIS	481
1. Prazo para instalação.....	481
2. Limitação de competência.....	481
3. Causas em andamento	481
4. Integração	482
5. <i>Vacatio legis</i> da Lei 12.153/09	482
6. Enunciados do FONAJEP.....	482
REFERÊNCIAS	483